

DS

ARTIGO

POLÍTICA TRIBUTÁRIA  
É CAMISA DE FORÇA  
QUE AMARRA O BRASIL

O cidadão brasileiro trabalha 153 dias do ano apenas para pagar tributos. A carga é pesada. Um trabalhador com remuneração mensal de dois salários-mínimos devolve todo mês aos governos federal, estadual e municipal, na forma de tributos, no mínimo R\$ 386,82. Ou seja, 28,27% dos rendimentos desse trabalhador vão, compulsoriamente, para os cofres públicos. É muita coisa e compromete sobremaneira o orçamento dos que ganham pouco. Brasileiros com menor renda se sacrificam muito para adquirir os produtos da cesta básica, encarecidos sobretudo pela carga de tributos incidente sobre eles. O imposto sobre a carne, por exemplo, é de 29%. Sobre o açúcar, de 30,60%. Do preço do papel higiênico, 32,55% são impostos. Nos serviços públicos, a incidência de impostos é igualmente pesada: 48,28% sobre a conta de energia, 24,02% sobre a conta de água e 26,39% sobre juros bancários (um contrassenso, pois quanto mais altos os juros, maior a arrecadação tributária do governo). Isso acontece porque o Brasil adota um sistema tributário regressivo, no qual cerca de 44% de tudo o que é arrecadado pelos três entes federativos (União, Estados e Municípios) advêm dos impostos incidentes sobre o consumo. Tão grave quanto é o fato de que outros 23% da receita dos impostos são obtidos com a tributação sobre a renda. Nos países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Canadá e Itália ocorre justamente o contrário: a tributação sobre a renda é sempre maior que a sobre o consumo. Além disso, o trabalhador brasileiro sofre com a defasagem na correção da tabela do Imposto de Renda e das aposentadorias e pensões pagas pelo INSS. O justo e o correto seria o governo corrigir tais tabelas anualmente, com base na inflação acumulada nos 12 meses anteriores. Ao não adotar essa medida, o governo está, na prática, tributando inflação porque as faixas salariais corrigidas pelos índices inflacionários acabam superando a renda limite para a isenção do IR. E, sabidamente, tal correção não pode ser entendida como renda, uma vez que se trata de mera reposição inflacionária. Eis uma questão duplamente reprovável: os governos não foram capazes de controlar a inflação e o povo é obrigado a pagar por tal incompetência. Esses números são suficientes para demonstrar a urgência de o país realizar a reforma tributária. O governo reconhece que essa reforma é fundamental para o Brasil e divulga que ela viabilizará o crescimento da economia em, no mínimo, 12% a mais. Planeja-se a adoção do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) e a substituição de quatro tributos por um novo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), conforme duas Propostas de Emenda Constitucional que tramitam no Congresso. Não há tempo a perder. Já se vão quase seis meses do novo governo e, em julho, o Congresso Nacional entrará em recesso. Se quiser de fato avançar na reforma, o governo terá de acelerar porque 2024 será ano de eleições municipais, o que rotineiramente prejudica o andamento dos projetos mais importantes no Parlamento. Fortalecer a economia é essencial para o país voltar a crescer. O Brasil, que já foi a 8ª economia do mundo, hoje ocupa apenas a 12ª posição nesse ranking. A questão maior, entretanto, é que para isso o país precisa repensar o seu sistema de tributação com olhos mais atentos ao consumidor, notadamente os quase 53 milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que encontram enormes dificuldades para adquirir os produtos da cesta básica. É preciso ainda uma completa revisão na concessão dos benefícios fiscais, que correspondem a 4,30% do PIB – algo em torno de R\$ 453 bilhões/ano da União e mais R\$ 50 bilhões/ano dos estados (0,50% do PIB) – e são mantidos apesar de descumprirem, em larga medida, a Constituição Federal de 1988 e Leis Complementares. A irresponsabilidade na concessão de benefícios fiscais sem regressividade ao longo do tempo e sem nenhum mecanismo de avaliação prática e o sistema tributário em sua concepção atual são os maiores contributos para a manutenção e agravamento das desigualdades sociais (e também das desigualdades regionais). Brasileiros com menor renda são os mais penalizados, assim como aqueles que vivem nas regiões Norte e Nordeste, uma vez que 63% do total dos gastos tributários beneficiam as duas regiões mais ricas e desenvolvidas do país (Sudeste e Sul). O Brasil precisa se libertar urgentemente dessa camisa de força para retomar o desenvolvimento com melhor distribuição de renda, corrigindo, com isso, antigas e graves distorções que sacrificam a maior parcela da população.

**Samuel Hanan é engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002)**

|                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>JORNAL DIÁRIO DA SERRA</b><br><br>Propriedade da<br><b>AJOTA</b><br><b>ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA</b><br>CNPJ: 29.464.235/0001-16<br><br>Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões<br>78302-028 Tangará da Serra-MT<br><br><b>ISSN 22386467</b> | <b>REDAÇÃO</b><br>DIREÇÃO DE JORNALISMO<br><b>Fabiola Tormes</b><br>CONTATO<br>ds@diariodaserra.com.br<br>Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do <b>DIÁRIO DA SERRA</b><br>(65) <b>3326-4724</b><br>www.diariodaserra.com.br<br>www.ds.jor.br                                        |
| <b>TIRAGEM</b><br>1 MIL EXEMPLARES<br><b>CIRCULAÇÃO</b><br>Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.<br><b>CENTRAL DO ASSINANTE</b><br>(65) <b>3326.6501</b>     | <b>DEPARTAMENTO COMERCIAL</b><br>PUBLICIDADE ASSINATURA<br>PUBLICIDADE LEGAL<br><b>Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA</b><br><br>SERVIÇOS GRÁFICOS<br><b>E. Tormes e Cia. LTDA</b><br>CNPJ: 14.048.123/0001-07<br><br>CONTATO: adm@diariodaserra.com.br<br>Fone: (65) <b>3326-4724</b> |

16.984,16 METROS QUADRADOS

Vereadores aprovam doação de área para Escola Militar de Tangará da Serra

15 de mai. de 2023 09:07:37

14° 36' 17" S, 57° 29' 37" W

Altitude: 367.8meter

**A área está localizada na Avenida das Palmeiras**

**ROSI OLIVEIRA / Redação DS**

O sonho de ter uma escola militar novinha em Tangará da Serra está um pouco mais próximo de se concretizar. Na tarde da última terça-feira, dia 13 de junho, os vereadores aprovaram em Sessão Ordinária a doação da área (quadra 29), do loteamento Novo Tarumã, ao Governo do Estado de Mato Grosso, que será destinada a construção da Escola Militar.

A área está localizada na Avenida das Palmeiras, entre a Rua José Cândido Melhorança (24) e Rua J, no bairro Jardim Tarumã, mede 16.984,16 metros quadrados e foi avaliada em R\$ 5.986.237,03.

Em busca de tornar o sonho em realidade, muitas pessoas contribuíram no processo, como ressalta a diretora da Escola Militar

1º Tenente Salomão Fernandes Ferreira Piovesan em Tangará da Serra, a Tenente-Coronel Nágila de Moura Brandão. “A desafetação teve sua conclusão ontem [terça]. Pelo que sei é uma demanda antiga, com início das tratativas que remetem a agosto de 2021, ainda com o ex-diretor da escola, Capitão Márcio Pereira. E sempre contei com apoio do Poder Legislativo Municipal, mais especificamente o presidente Romer e também o Professor Sebastian para tratativas com o prefeito Vander Masson. E não posso deixar de citar a Semec [Secretaria Municipal de Educação], através do secretário Vagner Constantino e da arquiteta Elaine, que tem tratado com muito carinho o projeto”, informa a diretora da escola, ao salientar que a nova construção abrigará uma escola com o dobro da capacidade atual.

Para o presidente da Comissão de Educação, vereador Professor Sebastian Ramos (Cidadania), Tangará da Serra tende a visualizar o novo prédio, que com isso, deverá ampliar o número de vagas, inclusive. “Eu que acompanhei o assunto, tratei várias vezes com a Secretaria de Planejamento especialmente, que acompanha essa demanda junto ao prefeito, junto a querida diretora Tenente-coronel Nágila, me sinto muito orgulhoso e honrado em participar desse momento”, frisou o vereador.

“Estamos muito felizes e gratos a todos os envolvidos nessa conquista, que me antecedeu e foi obtida a vários braços”, comemora a diretora da escola.

Cabe ressaltar que a escola atende alunos da região, bem como, adolescentes de Nova Olímpia, Progresso e da zona rural.

MEMÓRIA

Sessão especial na ALMT entrega reedição dos livros de Lenine Póvoas

ROSANGELA MILLES / Assessoria

Ao completar cem anos em 2021 o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) iniciou uma extensa programação para homenagear o ex-deputado Lenine de Campos Póvoas, entre elas, o pedido para que o Instituto Memória da Assembleia Legislativa levasse o nome dele e a reedição de suas principais obras. A presidente do IHGMT, Neila Barreto disse que a contribuição dele para a literatura brasileira é in-

gável. “O Dr. Lenine foi dez anos presidente da Academia Mato-grossense de Letras, membro do Instituto Histórico, e verificamos que uma quantidade alunos mestrando, doutorando estavam procurando essas obras e não estavam encontrando nas principais Bibliotecas de Mato Grosso. Foi então que procuramos a ALMT para reeditar esses livros, sendo que parte deles serão disponibilizados em ebook”, declarou Neila.